

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/10/2015 a 31/10/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Em debate, a política de produtos químicos. Rafaela Ribeiro – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 08/10/2015	3
Agricultura mais saudável e sem agrotóxico. Jalila Arabi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/10/2015	4
MMA debate sustentabilidade com bancos. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 09/10/2015	5
A alimentação adequada começa com a escolha da semente para plantio. Daniel Lamir e Simone Benevides – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 15/10/2015 ...	6
Assentados aprendem as lições da floresta para cultivar na Amazônia. Solange Engelmann – Site do MST. 16/10/2015	8
Oficina nacional debate Lei da Biodiversidade. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 19/10/2015	11
Brasil é o maior produtor de café sustentável do mundo, com mais de 3,5 milhões de sacas produzidas em 2014 – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 19/10/2015	12
Redução de agrotóxicos e produção de plantas medicinais em assentamentos – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 21/10/2015 ..	13
GEF destina US\$ 115 mi para a Amazônia. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 21/10/2015	14
I Encontro Nacional de Agricultura Urbana: agroecologia e direito à cidade. Najjar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 22/10/2015	15
Feira da Reforma Agrária debate impactos dos agrotóxicos e transgênicos. José Coutinho Junior – Site do MST. 23/10/2015.....	17
Comissão nacional monitorará planos de agricultura de baixa emissão de carbono – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 23/10/2015 .	19
Projeto Rural Sustentável ajudará Brasil a cumprir objetivos da COP 21 – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 28/10/2015	19
Agroecologia é tema de debate na Bahia. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/10/2015	21
Energia solar surge como alternativa para sustentabilidade e lucratividade para os agricultores – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 29/10/2015.....	22
Preservar a agrobiodiversidade é um compromisso com o futuro. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/10/2015.....	22

Em debate, a política de produtos químicos. Rafaela Ribeiro – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 08/10/2015

Grupo trabalha para estabelecer regras e diretrizes para identificação e controle das substâncias perigosas

O Brasil deve ter, até o final do ano, uma proposta de legislação específica para químicos industriais. A construção dessa lei acontece no âmbito da Comissão Nacional de Segurança Química (Conasq) e envolve governo federal, indústria e sociedade civil.

A 14ª reunião do Grupo de trabalho de Regulação de Substâncias Químicas da Conasq acontece nesta quinta-feira (08/10), no Ministério do Meio Ambiente (MMA). O grupo trabalha para elaborar o projeto de lei e estabelecer regras e diretrizes para identificação e controle das substâncias químicas perigosas.

Segundo o gerente de Substâncias Químicas da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Alberto Rocha, o governo tem objetivo claro: estabelecer o controle sobre as substâncias químicas de uso industrial, identificando as perigosas, sob as quais vão recair as medidas de controle, que poderão ser também de restrição, eliminação, dentre outras.

LEGISLAÇÃO

O Brasil ainda não tem uma legislação que permita esse controle. Além disso, a lei deve determinar a aplicação do GHS, um sistema internacional harmonizado de classificação e rotulagem de substâncias químicas. “Hoje, não há um cadastro, um registro, não conhecemos as substâncias utilizadas”, explicou Rocha. “Com a lei, teremos um inventário brasileiro dessas substâncias. Isso é muito importante.”

A analista ambiental do MMA Marília Passos explica que, com base em experiências internacionais estudadas pelo grupo de trabalho do Conasq, o Brasil está construindo uma legislação própria. “Realizamos uma mesa de debate em Genebra, na Suíça, no último dia 30, para compartilhar nossa experiência e os principais desafios que enfrentamos para estabelecer as leis nacionais de controle às substâncias perigosas, e conhecemos a experiência da Sérvia, que tem situação semelhante a do Brasil”, disse.

Durante a 4ª Conferência Internacional de Gestão de Substâncias Químicas (ICCM, na sigla em inglês), o MMA realizou evento paralelo, em parceria com especialistas da Suécia e Sérvia, para discussão dos principais desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento para a consolidação das leis nacionais de controle às substâncias perigosas. Participaram representantes do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da International Council of Chemicals Associations (ICCA), associação internacional da indústria química.

SAIBA MAIS

A Conasq é um mecanismo de coordenação e articulação intersetorial que visa à discussão e ao desenvolvimento de ações integradas para a gestão das substâncias químicas no país, em estreita sintonia com os objetivos da SAICM Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Substâncias Químicas (SAICM, na sigla em inglês), da qual o Brasil é signatário.

O grupo de trabalho Regulação de Substâncias Químicas da Conasq tem o objetivo de discutir e propor estratégias, instrumentos, arranjos institucionais e a minuta de legislação para estabelecer o controle do poder público sobre o universo de substâncias químicas que hoje são colocadas no mercado nacional sem a avaliação dos seus riscos ao meio ambiente e à saúde humana.

É formado pelos ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Saúde, Trabalho e Emprego, Minas e Energia, com a participação da indústria e da sociedade civil com Organizações não Governamentais e sindicatos.

Agricultura mais saudável e sem agrotóxico. Jalila Arabi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/10/2015

A Marcha das Margaridas de 2011 deu frutos. Em novembro deste ano, será lançado o Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara), fruto de uma solicitação das agricultoras familiares e assentadas da reforma agrária na ocasião. O Pronara tem como um dos principais objetivos ampliar e fortalecer a produção de produtos orgânicos e de base agroecológica, reduzindo e, por fim, eliminando o uso de veneno nas plantações.

A confirmação do lançamento do Programa foi feita nesta quinta-feira (08), durante a 63ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), em Brasília. Para o secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/ MDA), Onaur Ruano, a chegada de um Programa como esse vai melhorar – e muito – a qualidade de vida no campo e na cidade.

“Teremos um impacto muito positivo para o campo, de várias naturezas: para a economia, para o meio ambiente e para os agricultores. Com o Programa, vamos reduzir os custos, reduzir ou eliminar a utilização de agrotóxico e, com isso, deixar de contaminar o solo e a água. O agricultor vai ser poupado e não ficará mais tão vulnerável. E, na cidade, teremos um ganho na qualidade da alimentação, na saúde da população como um todo”, elencou o secretário.

O Pronara integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, lançado em outubro de 2013. O Programa foi estruturado em torno de seis eixos temáticos, que vão de registro e controle da cadeia produtiva à formação e capacitação.

Pronaf para assentados

Outro assunto debatido, durante a reunião, foi a reabertura do prazo para que assentados da reforma agrária liquidem suas dívidas do Pronaf A e A/C. Os trabalhadores rurais que contrataram crédito do Pronaf até dezembro de 2010 têm até o dia 30 de dezembro para quitarem seus débitos, com até 70% de desconto.

O diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção da SAF, João Guadagnin, reforçou a importância de se divulgar a ampliação do prazo e a quitação da dívida, para que assentados e assentadas de todo o Brasil possam continuar acessando políticas públicas.

“É vantajoso para eles pagarem a dívida. Caso não paguem, eles podem ser inseridos na dívida ativa da União, o que pode impedi-los de acessar programas do Governo Federal, como o Minha Casa, Minha Vida, e até de fazer concurso público”, alertou Guadagnin ao comentar que, atualmente, 220 mil assentados se encontram nessa situação.

Encaminhamentos

Pela manhã, durante a 63ª reunião do Condraf, os presentes debateram, ainda, a reformulação do Conselho e a prorrogação do prazo do Grupo de Trabalho para esse assunto por mais 120 dias.

Além disso, a representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Maria Albanita Lima, apresentou o Programa ‘O Campo na Classe Média’, que tem como proposta elevar trabalhadores do campo a um novo patamar.

As entidades da sociedade civil do Condraf apresentaram uma carta em defesa da democracia e da manutenção das políticas de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

MMA debate sustentabilidade com bancos. Cristina Ávila – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 09/10/2015

Reunião tratará de responsabilidades socioambientais de todo o setor financeiro

O que os bancos e seguradoras têm a ver com o meio ambiente? As relações são amplas, pois são recursos financeiros que impulsionam o desenvolvimento. Mas, sobretudo, as instituições do setor são obrigadas, por lei, a incluir em seus investimentos a responsabilidade socioambiental.

O assunto será discutido na próxima terça-feira (13/10), no Ministério do Meio Ambiente, representado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (Saic), com dirigentes das instituições financeiras, como Federação Brasileira de Bancos (Febraban), BM&F e Bovespa, além do Ministério da Fazenda. A reunião será aberta pelo secretário-executivo do MMA, Francisco Gaetani.

DIRETRIZES

“Nesse encontro vamos consolidar as diretrizes de orientação para a implantação do segundo ciclo do Plano para Produção e Consumo Sustentáveis, que será levado à consulta pública ainda neste ano”, afirma a diretora do Departamento de Produção e Consumo Sustentável do MMA, Raquel Breda.

O plano é constituído por dez eixos temáticos. O que estará em debate denomina-se “Finanças sustentáveis”, e é o último que faltava para que seja consolidado o texto a ser levado para análise pela sociedade.

Raquel Breda chama atenção para o fato de que o assunto é de enorme abrangência. “Mobiliza todo o Ministério do Meio Ambiente, e toda a Esplanada”, resume ela. A diretora cita como exemplo: “Um dos objetivos é agricultura sustentável, com menor impacto ambiental, sem agrotóxicos”. Para se alcançarem os objetivos se mobilizam as

diversas secretarias do MMA e os setores econômicos e sociais dos diversos ministérios.

CONQUISTAS

“O Brasil é um dos poucos países que tem um plano de produção e consumo sustentável. Em nosso continente, muitos poucos têm. O Uruguai, que faz pouco que criou o seu, e países como o México e o Chile”, ressalta Raquel Breda.

O Plano de Produção e Consumo Sustentáveis foi publicado em 2011 e representa uma nova visão a respeito do desenvolvimento brasileiro, com preocupação não apenas ambiental, mas de redução de desigualdades sociais.

A alimentação adequada começa com a escolha da semente para plantio. Daniel Lamir e Simone Benevides – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 15/10/2015

Além de gerar alimentos saudáveis, as sementes crioulas são também patrimônios genéticos e culturais em vários estados brasileiros, como a Paraíba. Confira a reportagem:

Da terra à mesa, os alimentos que consumimos seguem caminhos ainda pouco conhecidos pela população. Ao levantarmos a bandeira do direito humano à alimentação adequada, é preciso exigir que este caminho se inicie sem transgenia ou agrotóxicos, por exemplo.

Nesta perspectiva, as sementes crioulas, além de gerar alimentos saudáveis, são também patrimônios genéticos e culturais em vários estados brasileiros. A ação política de preservação e apoio à multiplicação das sementes crioulas é uma das estratégias fundamentais para a convivência com o Semiárido.

Na Paraíba, em 1998, as espécies crioulas foram batizadas como Sementes da Paixão, uma simbologia que representa a preservação e multiplicação das conhecidas sementes que são mantidas pelas guardiãs e guardiões de sementes.

Uma dessas pessoas protetoras é a agricultora Terezinha da Silva Batista (Imagem), moradora do Sítio Videu, em Solânea (PB). Ela participa da dinâmica de um banco de sementes comunitário para guardar e multiplicar as espécies locais, guardadas há gerações, garantindo saúde e fortalecendo os laços de solidariedade.

“A minha Semente da Paixão é a do feijão cacho. Guardo não só para mim, mas pra um vizinho, pra quem precisar. Aqui quando os meninos têm anemia, basta tomar o caldo desse feijão, que ficam bons. O Banco de Sementes é uma mãe, um pai, é tudo para nós. Enquanto Deus me der vida e saúde eu vou continuar guardando essa semente e zelando por ela”, disse a agricultora.

O reconhecimento das Sementes da Paixão também está presente na ciência. Entre 2009 e 2011, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Tabuleiros Costeiros, em parceria com a Articulação Semiárido Paraibano (ASA-PB), desenvolveu uma pesquisa comparativa entre as sementes crioulas locais e as sementes comerciais em dois territórios paraibanos. Tanto na Borborema quanto no Cariri paraibano, os ensaios

apontaram que as sementes crioulas locais (da Paixão) são iguais ou superiores às comerciais no quesito produtividade. Porém, em épocas de estiagem, as sementes locais levam vantagem diante das sementes comerciais.

“O significado [da pesquisa] descreve informações relevantes das variedades de milho das Sementes da Paixão e ao mesmo tempo coloca essas variedades em campo. Sendo também que as características apontadas pela pesquisa, foram estabelecidas pelos próprios agricultores. Esse diálogo, nunca foi possível em nenhuma pesquisa feita antes, isso valorizou o conhecimento dos próprios agricultores e comprovou o que eles já diziam, que o milho dos bancos de sementes são mais adaptados e resistentes do que os que vêm de fora”, apontou o pesquisador e membro da Rede de Sementes da ASA Paraíba, Emanuel Dias.

A pesquisa permanece gerando frutos. Ela deixou de ser um projeto individual e, hoje, é um programa de pesquisa consolidado nas instituições de ensino, nas universidades e nas organizações sociais. Além disso, neste momento, está sendo realizada uma pesquisa com espécies de feijão, incluindo as variedades que estão sendo distribuídas pelo Programa Sementes do Semiárido da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

“Estamos estudando 10 variedades de feijão nos quesitos resistência, adaptação, produção e produtividade. Sete dessas, são dos bancos comunitários e três estão no Programa Sementes do Semiárido. O anseio dos agricultores é dizer que tem uma variedade de sementes que produz sob qualquer adversidade e fazer com que isso seja reconhecido dentro dos programas públicos de sementes. É uma luta que não pode parar”, disse Emanuel.

A alimentação saudável e a sustentabilidade ambiental e social, além da autonomia das famílias camponesas, são relevantes argumentos que sustentam as Sementes da Paixão. Por outro lado, existe uma força econômica que provoca devastação em extensões enormes de terras, uso de toneladas de venenos, além da concentração de terra e renda, que é a força do agronegócio.

Além das práticas mercadológicas com a transgenia, monocultivo e uso de agrotóxicos, a estiagem prolongada é outro desafio para a preservação das sementes crioulas. A conhecida erosão genética, por exemplo, é uma situação que coloca em xeque espécies milenares de sementes crioulas.

Panfletagem

Para ecoar as diferenças entre a agricultura familiar agroecológica e o agronegócio, a ASA Paraíba, através da juventude camponesa, realizou uma panfletagem nas ruas de Campina Grande (PB), no último dia 8 de outubro. O ato possibilitou um diálogo com a população sobre as manobras de deputados e senadores que tentam desobrigar a identificação dos alimentos transgênicos das embalagens em supermercados, além de sensibilizar a população para os riscos de uma alimentação inadequada.

“Foi um ato muito importante porque divulgou o que são alimentos transgênicos e quais seus malefícios à saúde humana, ao meio ambiente e à soberania alimentar e nutricional, com consequente visibilidade à alimentação agroecológica e como alternativa ao

modelo de desenvolvimento da agricultura”, lembrou a integrante da Rede de Sementes, Madalena Medeiros.

A panfletagem aconteceu como um ato de preparação para a Festa Estadual das Sementes da Paixão, realizada há seis anos na Paraíba. O evento, que valoriza e fortalece a prática dos guardiões e guardiãs das sementes crioulas, começa hoje (14) e se estende até sexta-feira que vem (16). O tema desta edição “Agricultura Familiar guardiã da sociobiodiversidade, pela soberania alimentar, livre de transgênicos e agrotóxicos”.

Festa das Sementes da Paixão - De hoje até amanhã (15), a programação será realizada em Arara, no Santuário de Padre Ibiapina. No último dia, as atividades ocorrerão em Campina Grande, onde serão realizados três atos públicos.

A Festa das Sementes tem atividades de formação, oficinas temáticas e uma grande feira, onde agricultoras e agricultores poderão trocar experiências, compartilhar sementes e outros produtos da agricultura familiar, participar de uma rádio livre, além de desfrutar de várias atrações culturais.

“A festa é um momento místico onde a gente reforça as nossas energias para lutar contra as ameaças ao nosso projeto, como por exemplo, o agronegócio, e ao mesmo tempo celebrar os guardiões e guardiãs das Sementes da Paixão que são tão importantes para o patrimônio genético e para a humanidade”, avaliou o agricultor Euzébio Cavalcante do Assentamento Queimadas, no município de Remígio.

Assentados aprendem as lições da floresta para cultivar na Amazônia. Solange Engemann – Site do MST. 16/10/2015

O lote do assentado Ferreira é um exemplo de como é possível organizar uma experiência de produção sustentável, consorciando agrofloresta com a produção de frutas, madeiras e piscicultura

Após migrar do Ceará para o Pará e perambular por algumas cidades do estado trabalhando como arrendatário, José Ferreira Pinheiro, 62 anos, e Maria de Nazaré, 55, resolveram se aliar aos Sem Terra. Da luta, conquistaram um lote, a possibilidade de criar os filhos em melhores condições e a dignidade de viver.

Os três anos de acampamento, vivendo em condições precárias e à mercê da violência dos latifúndios da região, marcaram o intenso processo de luta do casal. Entretanto, a recompensa veio com a conquista do pedaço de terra no Assentamento Palmares II, no município de Parauapebas, região sudeste do Pará.

E é nos cinco alqueires de terra conquistados há 14 anos que seu Ferreira organizou uma experiência de produção camponesa sustentável. Ele demonstrou como é possível aliar a produção de alimentos saudáveis com a preservação da natureza, dentro de um modelo de produção agroecológico, em que o agricultor produz alimentos com práticas de manejo alternativas do solo, sem utilizar agrotóxicos.

“Aqui nós produzimos batata, feijão, milho, peixe, galinha, pato, peru. Sabemos o que estamos comendo. Pode pegar qualquer coisa que produzo aqui e mandar fazer análise

que não vai encontrar uma gota de veneno. Isso é uma vantagem porque hoje o veneno é demais. E do veneno só vem doença e morte”, constata Ferreira.

A principal linha de produção da família é a piscicultura e agrofloresta, e em menor escala hortaliças e criação de aves, vendidas na Feira do Produtor do município, além de outros alimentos para a subsistência.

A produção de frutas como cupuaçu, manga, açaí, coco, castanha, dentre outras, compõem os dois alqueires de sua agrofloresta, consorciadas com várias espécies de madeiras. A comercialização de alevinos dos quatro tanques de peixes terá início no próximo mês. Nos últimos dois anos, a produção de peixe do agricultor foi de cinco toneladas.

Nascido e criado no campo, tendo ficado anos afastado dessa realidade, seu Ferreira sempre teve o sonho de voltar a trabalhar na agricultura. “Ninguém dá de comer a uma família com um salário mínimo. Na terra a gente tem uma vida segura. Minha profissão é a agricultura. Daqui eu tiro pra comer, sobra um pouquinho e compro outras coisas pra completar o rancho. Quando o dinheiro tá curto vou no açude e pesco um peixe, também tem a galinha, o ovo”, relata.

Do garimpo à agroecologia

“A vida melhorou, hoje estou na terra, temos fartura, gado pra vender, arroz, milho. Na Serra Pelada não tinha nada – tudo que fazia era pra comer no dia, o amanhã não se sabia”, conta o assentado Antonio Barbosa dos Santos, 65 anos, que antes de ir para a luta dos Sem Terra e se tornar assentado, trabalhou durante 12 anos como garimpeiro na Serra Pelada.

No seu Sistema Agroflorestal, a produção de cupuaçu, jaca, manga, acerola, murici, goiaba e limão corre solta entre tantas outras árvores nativas. Em média, são produzidas duas toneladas de cupuaçu por ano, o carro-chefe de Santos. A produção de feijão, milho, arroz e mandioca é mais do que suficiente para sua subsistência.

Criado em 1995, as famílias do Palmares II passaram por um ano de acampamento e resistência e um histórico de oito ocupações, entre despejos e reocupações. Atualmente, as mais de 500 famílias assentadas estão organizadas em forma de grovila.

A Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental “Crescendo na Prática”, com cerca de 1.200 alunos, é mais um resultado da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do assentamento, que contam ainda com um Posto de Saúde da Família e uma cooperativa de transporte.

Permanência no campo

A escola se tornou uma referência para a comunidade, ao garantir desde a época do acampamento os processos de formação e o acesso e direito à educação, reduzindo o analfabetismo e incentivando a permanência das famílias na terra.

O fortalecimento da identidade e cultura camponesa também foi um dos marcos desse processo, por meio da organização de atividades culturais e festas do assentamento, trabalhadas em sala de aula. “O aniversário do assentamento, por exemplo, é muito

forte. É um momento que todo mundo fica envolvido na festa. Ou seja, a festa é um pretexto para você trazer toda a história do assentamento, como surgiu, quais as lutas do MST na região”, explica Clívia Regina Uhe, integrante da equipe pedagógica da escola.

Criada ainda na época em que as famílias estavam acampadas, em 1994, sua construção e reconhecimento se deu apenas após anos de lutas e reivindicações. Com isso, a própria comunidade foi debatendo e organizando sua participação, de modo que seu envolvimento se dá desde o processo de escolha da direção às atividades realizadas pela escola, garantindo a democracia e autonomia. Esse feito a torna a única escola do município com eleição direta para direção, com participação da comunidade. Normalmente, esse é um papel destinado somente à Secretaria Municipal de Educação.

Um dos grandes desafios é justamente manter essa autonomia e garantir os princípios do projeto político pedagógico, como a formação continuada de professores, para que conheçam mais a realidade do campo. “Há mais de quatro anos que viemos construindo um coletivo mais efetivo. Temos 42 educadores e só 50% deles moram no assentamento. É um processo contínuo e de longo prazo”, explica Clívia.

A escola “Crescendo na Prática” é um território de fortalecimento da educação do campo, em que o projeto político pedagógico e sua implementação refletem a necessidade da construção permanente da Reforma Agrária Popular no país.

Desenvolvimento

A região sul e sudeste do Pará possui em média 2 mil famílias assentadas do MST que vivem nos Assentamentos Palmares II, Onalício Barros, 17 de Abril, Cabanos, Canudos, 26 de Março, 1º de Março, Nega Madalena, Chico Mendes I e II e Salvador Allende.

Os diversos alimentos produzidos pelos assentados contribuem no abastecimento dos municípios da região. Os produtos comercializados em maior escala no mercado regional são milho, mandioca, hortaliças, frutas e leite. Também são produzidos outros alimentos para a subsistência das famílias e venda em menor escala, como avicultura e caprinocultura.

Segundo o técnico em agropecuária e integrante da equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino Americano Amazônico (IALA), Cleiton Conceição Almeida, os assentamentos abastecem as feiras de produtores da região, as cooperativas e os supermercados. No município de Parauapebas há 400 famílias assentadas e acampadas, que comercializam os produtos na Feira do Produtor municipal, que funciona quatro vezes por semana. Ao todo são vendidas cerca de 130 variedades de produtos.

“Depois que chegamos aqui a fartura em Parauapebas aumentou muito. Nas feiras se enxerga a grande fartura dos assentamentos, que produzem todo tipo de alimentos. A gente trabalhou e trabalha muito”, relata Santos.

A criação dos assentamentos trouxe desenvolvimento e vários empregos diretos e indiretos para a região, principalmente no comércio. Além de melhorias nas condições de vida dos assentados. Segundo Ferreira, os assentamentos também têm um papel fundamental na diminuição do inchaço das cidades, já que absorvem uma grande parte de trabalhadores das áreas pobres, que foram para os assentamentos.

Além de gerar desenvolvimento econômico, os assentamentos também provocam impactos culturais, melhorando a convivência entre as famílias, agora assentadas, com a população urbana. O assentado Santos relata que na época em que as famílias estavam acampadas eram tratadas como marginal, mas hoje, após os assentados iniciarem o cultivo da terra e vender a produção na região, são tratados como um cidadão.

No entanto, a produção de alimentos é um desafio para os assentados da região, pois a maioria das fazendas ocupadas são terras que possuem crimes ambientais, sendo desmatadas e usadas para a exploração da pecuária extensiva, destruindo o bioma original. Sobra para os camponeses o passivo ambiental. Além de produzir a substância da família, precisam recuperar parte do bioma destruído.

Fator que se torna difícil sem a criação de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar e camponesa.

Também há na região aproximadamente 1200 famílias que permanecem acampadas, devido ao abandono da Reforma Agrária no Pará. Há famílias que estão há mais de dez anos nessa situação.

Oficina nacional debate Lei da Biodiversidade. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 19/10/2015

Representantes de cada um dos segmentos da sociedade civil organizada mostrarão seus principais pontos de interesse

Entre os dias 19 e 21/10, Brasília sedia a oficina nacional dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, destinada a discutir contribuições em torno da regulamentação da nova Lei da Biodiversidade nº 13.123/2015.

O evento, que acontece no auditório do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), encerra um processo iniciado no mês de junho, quando foram realizados debates participativos, a partir de oficinas realizadas em Rio Branco (Acre), Belém (Pará), Montes Claros (Minas Gerais), Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Campo Grande (Mato Grosso do Sul) e Salvador (Bahia). Durante as seis oficinas, pelo menos 120 pessoas apresentaram contribuições de debate sobre a regulamentação do novo marco legal da Biodiversidade.

“Identificamos, em cada região, as lideranças indicadas por cada setor para participarem desta oficina nacional, quando serão discutidas as principais propostas e encaminhamentos para o texto da regulamentação, que será finalizado pela Casa Civil da Presidência da República”, esclarece o diretor do Departamento do Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente, Rafael de Sá Marques.

Os representantes de cada um desses segmentos da sociedade civil organizada mostrarão seus principais pontos de interesse. Os debates incluirão os próximos passos a serem dados depois da regulamentação da Lei, buscando garantir a participação efetiva de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

O encontro é organizado pelo Governo Federal e pelo Grupo de Trabalho da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf).

Brasil é o maior produtor de café sustentável do mundo, com mais de 3,5 milhões de sacas produzidas em 2014 – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 19/10/2015

Brasília (19/10/2015) – Discutir novos métodos de assistência técnica coletiva para capacitar o maior número de produtores rurais e aumentar a produção de café sustentável no Brasil. Esse foi o objetivo do workshop organizado pela P&A Marketing, parte do Programa Café Sustentável, sobre modelos de assistência técnica coletiva, realizado na terça-feira (13/10), em Vitória (ES). O evento reuniu líderes de instituições ligadas ao setor para discutir maneiras eficazes de ampliar o número de cafeicultores capacitados com boas práticas sustentáveis.

O assessor técnico da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Fernando Rati, explicou que o setor está discutindo, em alguns encontros, métodos de atender o maior número de cafeicultores por técnico. Existem casos, como apresentado pelo representante da Fundação Neumann no Brasil, que apenas um técnico atende aproximadamente 250 produtores em um prazo estabelecido. “São necessários modelos de Assistência Técnica em que o grande beneficiário é o próprio produtor, que produzirá com mais qualidade, controle, organização e lucro”, disse.

Outro ponto ressaltado na reunião foi a maneira de conduzir a assistência técnica em cada região. Segundo Fernando, o Brasil possui uma ampla extensão territorial, marcada por regiões e estados com culturas distintas. Desta maneira, o desafio para o técnico é maior ainda, sendo necessário diferenciar e ajustar o modo de repassar o conhecimento e técnicas ao produtor.

Durante o workshop também foi discutida a importância das unidades de referência no Brasil, utilizadas como “vitrines” para cada região e para algumas etapas da assistência técnica coletiva. Já existem várias unidades espalhadas pelo país e são selecionadas especialmente pelo perfil e comprometimento do proprietário na condução técnica, gerencial e sustentável. Segundo Fernando, as propriedades que se tornam referência são importantes para que os produtores vejam um sistema de produção que, muitas vezes, é diferente do que estão acostumados, porém eficaz.

“Dos 287 mil cafeicultores no Brasil, 80% são pequenos produtores. O setor precisa de novas metodologias, conduzidas pelas entidades atuantes na Assistência Técnica e Extensão Rural, que possam atender o máximo de cafeicultores possível, pois a cada ano a demanda mundial de café sustentável aumenta e o Brasil deve estar preparado para atendê-la”, finaliza.

Redução de agrotóxicos e produção de plantas medicinais em assentamentos – Site da Conferação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 21/10/2015

Ampliar e incentivar pesquisas técnico-científicas e o desenvolvimento de tecnologias no uso sustentável da biodiversidade. Para isso, foi firmado, nesta terça-feira (06), acordo de cooperação técnica entre o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Entre as medidas previstas estão o aumento da produção de plantas medicinais e fitoterápicas, a estruturação de arranjos produtivos - para aumentar a geração de empregos, e a implementação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara).

“É um momento muito importante, pois é uma parceria que reafirma nosso compromisso no MDA. Essa é uma pesquisa que é feita em prol do povo, para o bem da população. Queremos produzir alimentos saudáveis. Temos que ser claros quanto à questão do uso abusivo de agrotóxicos e sementes transgênicas”, observou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, aos presentes, após assinar o documento no Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

A presidente do Incra, Maria Lúcia Falcón, reafirmou a fala do ministro e complementou “que a expectativa é que o acordo traga benefícios aos assentamentos e a seus moradores.”

Segundo o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, a fundação tem experiência no estudo e no combate ao uso de veneno na agricultura. “A Fiocruz tem um histórico consolidado de trabalho, com temas vinculados à agroecologia e à questão da saúde. O modo de produção agrário pode ser colocado como fator extremamente nocivo à saúde, como é o caso do uso de agrotóxicos”, disse Gadelha.

Diversidade terapêutica

De forma prática o Acordo de Cooperação Técnica entre o Incra e Fiocruz vai buscar atender as diretrizes das Políticas Nacionais de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, Política Nacional dos Povos da Floresta, Campo e Águas.

Para isso, está previsto:

- Ampliação das opções terapêuticas e melhoria da atenção à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS);
- uso sustentável da biodiversidade brasileira;
- valorização e preservação do conhecimento tradicional das comunidades e povos tradicionais, em especial das assentadas da Reforma Agrária;
- fortalecimento da agricultura familiar;
- crescimento com geração de emprego e renda, redutor das desigualdades regionais;
- desenvolvimento tecnológico e industrial;

- inclusão social e redução das desigualdades sociais;
- participação popular e controle social.

Para a implementação das ações será elaborado um plano de ação, a partir de diagnóstico participativo para orientar o desenvolvimento de plantas medicinais, fitoterápicos e afins. Será ainda dado apoio a estruturação de unidades produtivas e realização de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações, projetos e programas relacionados à produção de plantas medicinais e fitoterápicas.

GEF destina US\$ 115 mi para a Amazônia. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 21/10/2015

Medida promoverá a gestão sustentável e o corte de emissões de carbono

A Amazônia brasileira receberá US\$ 65 milhões para ações de conservação, corte de emissões de carbono e gestão sustentável da terra. O valor foi aprovado nesta quarta-feira (21/10), em Washington, pelo Conselho do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). Ao todo, US\$ 115 milhões serão investidos pela entidade no Programa para a Amazônia, desenvolvido pela primeira vez entre Brasil, Colômbia e Peru.

O repasse beneficiará o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) e permitirá a consolidação da meta de captação de recursos para garantir mais de 100 unidades de conservação em território brasileiro por 25 anos. A aprovação do GEF também garantirá a integração dessas unidades de conservação, com ações de apoio ao reflorestamento e a atividades sustentáveis de uso dos recursos naturais.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Além dos resultados alcançados e das metas de redução de emissões apresentadas até agora, o país poderá apresentar o aporte como mais uma ação de mitigação das mudanças climáticas na 21ª Conferência das Partes (COP 21), marcada para ocorrer em dezembro, em Paris. Os recursos adicionais do GEF se somarão aos compromissos já firmados anteriormente pelo Brasil com países como Estados Unidos, Alemanha e Noruega.

Pela primeira vez, o programa terá abordagem integrada para proteger o bioma. Juntos, Brasil, Peru e Colômbia detêm 83% da Amazônia. “O GEF parabeniza os três países por terem feito o programa de forma coordenado, o que surte mais efeito do que se os três tivessem trabalhado de forma individual”, afirmou o presidente do GEF, Naoko Ishii. “Em questões globais como as mudanças climáticas e o desmatamento, vamos precisar cada vez mais de projetos integrados.”

O Brasil ocupa papel de destaque na agenda ambiental. “Nos últimos dez anos, o País reduziu em 82% o desmatamento na Amazônia, reconheceu 13% da região como terras indígenas e estabeleceu 27% como áreas protegidas”, ressaltou a secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ana Cristina Barros. “É um novo conceito que o Brasil traz para a inserção ativa e promotora das unidades de conservação para o desenvolvimento local.”

PROGRAMAS

Na Colômbia, a expectativa é expandir o Parque Nacional Chiribiquete e consolidá-lo como parte de um programa maior de redução do desmatamento. “O país obteve sucesso ao aprovar uma legislação de compensação ambiental. Estamos ansiosos para compartilhá-la e aprender com os demais países do programa”, afirmou a diretora de ecossistemas do Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável colombiano, Maria Claudia García Davila.

O Peru conta, hoje, com uma Estratégia Nacional para Florestas e Mudanças Climáticas com foco na redução do desmatamento e das emissões de carbono. “As ameaças para a Floresta Amazônica têm relação com o mercado de exportações, a infra-estrutura de transporte e a desigualdade social. Só teremos sucesso na preservação da biodiversidade se houver uma forte cooperação entre os três países”, declarou o coordenador do Programa Nacional para Conservação de Florestas no Peru, Gustavo Suarez de Freitas.

I Encontro Nacional de Agricultura Urbana: agroecologia e direito à cidade. Najar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 22/10/2015

Coletivos trocam conhecimento e redes locais produzem alimentos saudáveis: tudo isso sem a cobertura da velha mídia, que finge que não existem.

Rio de Janeiro – Mais de 250 participantes de 20 estados estão presentes no campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro desde ontem – dia 21 – para discutir comida de verdade e qual a cidade que queremos construir. Até sábado, os participantes debaterão as políticas públicas que são necessárias para tirar do limbo uma história que se distribui pelo Brasil, marcando a resistência de comunidades contra a especulação imobiliária, pelo direito de produzir alimentos e remédios naturais em espaços públicos e privados nas cidades brasileiras. Uma feira de saber e sabores dá o colorido especial ao evento. Além disso, seis instalações pedagógicas contam a história de milhares de brasileiros que diariamente são massacrados pelo cotidiano das metrópoles.

Como registra o texto de apresentação do I ENAU:

“-Estas diversas experiências ainda tem em comum o desafio de buscar espaço de reconhecimento e visibilidade nas cidades. Temos observado que os territórios onde se desenvolvem estas práticas, bem como as comunidades que as constituem estão em constante vulnerabilidade, sujeitas à descaracterização e a desapropriações, que enfraquecem os laços culturais e comunitários”.

Os exemplos estão por toda parte. A Vila Autódromo no Rio que luta contra o despejo da prefeitura e onde os moradores se organizam entorno de uma horta comunitária. No Recife, conforme relato de Uschi Silva, mestrandia em geografia da UFPE, o movimento Ocupe Passarinho continua firme contra o despejo que foi decretado por um juiz de primeira instância no ano passado. São cinco mil famílias – 20 mil pessoas -, que querem o direito à cidade, com moradia digna, lazer, saúde, cultura, conforme relataram os moradores em carta enviada para as diversas secretarias que compõem o aparato estatal em 10 de outubro:

“-Tínhamos um rio que era lugar de lazer, hoje poluído pela falta de um sistema de esgoto. A beira do rio foi ocupada por casas, bares e mercados e a mata está sendo destruída. Estamos no atraso dos serviços públicos de saneamento, coleta de lixo e abastecimento de água. Na educação o sistema de ensino é precário, temos mais de 150 crianças com idade para estar em creche, mas não temos creche. Passarinho não é beneficiado com nenhuma política ou programa para geração de renda, principalmente para mulheres”.

Direito à cidade e a comida de verdade

Ocupe Passarinho envolve uma luta da comunidade desde os anos 1980 em uma área de 33 mil hectares, que é reivindicada para uma indústria de pré-moldados. São temas que estarão em discussão até sábado, incluindo oito visitas a experiências de agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro e em Guapimirim, onde a Articulação Nacional de Agroecologia desenvolve um estudo de sistematização das práticas da comunidade do Fojo. Nas nove oficinas que se realizam nesta quinta-feira, dia 22, o impacto econômico e agroecológico nas comunidades com as práticas desenvolvidas pelas comunidades, que vão desde hortas comunitárias, produção de húmus, compostagem, tratamento de lixo orgânico e sistemas agroflorestais, com recuperação da mata atlântica.

O painel da quinta-feira trata do “Direito à cidade e à comida de verdade”, com participação de representantes da Vila Autódromo, depoimentos de experiências de São Paulo e Roraima, além da presidente do CONSEA, Maria Emilia Pacheco, entre outros. Na sexta-feira, o assunto é a política nacional de agricultura urbana, com a discussão do projeto de lei apresentado pelo deputado federal Padre João (PT-MG), e representantes do MDA, MAPA, porém sem a participação do MDS, que até 2012 apoiou as políticas públicas da agricultura urbana.

Discutir a cidade do futuro – sem despejos

A promoção do I ENAU já é uma amostra das transformações que ocorrem no Brasil com o total desconhecimento da mídia tradicional e conservadora. Grupos que se associam, coletivos que intercambiam conhecimento e experiências, redes locais que produzem alimento, dão perspectiva de vida às comunidades abandonadas pelo poder público, mais preocupado em atender os interesses das corporações financeiras e da especulação imobiliária do que no bem-estar da população. O Coletivo Nacional de Agricultura Urbana vem sendo construído há vários anos e finalmente se estruturou em 2014 durante o III Encontro Nacional de Agroecologia em Juazeiro. Também participa a própria ANA, que sempre apoiou as iniciativas das redes, e o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. Aliás, o tema da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que começa no início de novembro é “comida de verdade no campo e na cidade”.

São propostas simples, como enfatiza Denis Monteiro, baseado na experiência e no dia a dia da população, que deseja comer comida sem veneno, sem transgênicos, quer espaço verde em seus bairros, quer restabelecer os laços comunitários, construir novos entendimentos do que será a cidade no futuro, sem desigualdades, ou pelo menos, sem despejos, sem destruição do pouco que resta de vegetação nos entornos das cidades.

Trabalho coletivo em meio ao tiroteio

Um poeta chamado Luiz, ex-guerrilheiro e ambientalista, fundador da organização Verdejar, que atua há 18 anos no Complexo do Alemão, registrou em um dos seus textos: “a baía que jazia”, ao se referir a Baía de Guanabara. O estado é privilegiado pela geografia, por duas baías hoje completamente poluídas, mas ainda conserva um povo que não esqueceu de suas tradições rurais, ou dos seus antepassados que viviam no campo. A Serra da Misericórdia, que abriga 27 bairros da zona norte do Rio, onde ainda hoje uma pedreira é explodida diariamente para retirar o basalto, que vai compor a brita, que entrará na composição do concreto das obras que já foram da Copa do Mundo e agora são das Olimpíadas. A fonte de nascentes, do último trecho em pé da Mata Atlântica é o palco de utopistas.

Marcelle Felipe, da ONG Verdejar é uma dessas pessoas. É responsável pela parte cultural no trabalho no Complexo do Alemão. Está emocionada com o resultado dos 18 anos de trabalho – quase uma geração de crianças do Complexo que passaram pelos quintais, hortas, trilhas, rodas de capoeira e oficinas da Verdejar. Um grupo de moradores, todos jovens, criou uma produtora de cinema, depois dos estudos promovidos pela Verdejar em oficinas locais. Chama-se “Pega a Visão” e ganhou o primeiro edital do projeto Viva o Cinema, da Rio Filmes, e vão criar um canal online para divulgar o trabalho.

A televisão ignora a realidade

A Verdejar trabalha com tecnologias de baixo custo, garantindo suprimento de água da chuva, aquecedor solar e a produção de húmus, utilizando resíduos da comunidade. Fazem educação ambiental, alimentar, cultural. E serviu de exemplo para outros grupos. Um deles atua no Complexo da Penha, no bairro do Grotão que seguidamente aparece nas televisões como palco de tiroteios. Nunca falaram da empresa que administrava uma pedreira de granito amarelo, faliu, mas continua mantendo uma área de 26 mil hectares, uma floresta dentro da Cidade Maravilhosa. Marcelo Correia é um dos organizadores do Centro de Educação Multicultural, que atua no Grotão. Ele era programador de computadores, largou a informática, pegou o fundo de garantia e aplicou no projeto. Trabalham para recuperar o que já foi desmatado, recuperando uma área de dois hectares com mata atlântica, e também produzem em hortas, frutíferas, mudas, fazem passeios, trilhas e vendem os produtos na feira de orgânicos do bairro Olaria, no circuito que eles chamam aqui de Bio.

O I ENAU é uma novidade na organização das comunidades carentes do Brasil, com assessoria, conhecimento, técnica e muita disposição para implantar uma nova utopia nas cidades brasileiras.

Feira da Reforma Agrária debate impactos dos agrotóxicos e transgênicos. José Coutinho Junior – Site do MST. 23/10/2015

Seminário reuniu pesquisadores e especialistas de diversas entidades, que analisaram os efeitos desses alimentos no Brasil e no mundo

Além da venda de produtos e da programação cultural, a 1ª Feira Nacional da Reforma Agrária é palco de debates e seminários. Na manhã desta sexta-feira (23) ocorreu o seminário "a realidade dos agrotóxicos e transgênicos no Brasil e seus impactos sobre a saúde humana e ambiente".

Estavam presentes na mesa Leonardo Melgarejo, da Campanha contra os Agrotóxicos; Luiz Cláudio Meirelles, da Fiocruz; Sheila Castro, do Instituto Nacional do Câncer (Inca) e Javier Balbea, da Rede de Médicos da Argentina.

Meirelles iniciou o debate com um panorama sobre o uso de agrotóxicos no Brasil e como os trabalhadores rurais são os principais afetados: de 1 milhão de intoxicações acidentais, 700 mil se dão no trabalho (Clique aqui para ver mais fotos da feira)

"Há mais pessoas contaminadas por agrotóxicos do que mostram os dados oficiais. Não temos políticas públicas de saúde adequadas para fazer o enfrentamento com as grandes indústrias".

O pesquisador também afirmou que existem leis de segurança e regulamentação para os agrotóxicos, mas que "o estado é omissivo em cobrar essas ações das empresas".

Sheila questionou a falta de estudos que comprovem a toxicidade dos agrotóxicos, e como os poucos estudos feitos são incompletos. "Não existe no Brasil um prazo de revisão dos agrotóxicos. E quando há estudos para avaliar sua toxicidade, eles são imprecisos, pois se avalia a substância individualmente, quando na realidade os alimentos contaminados têm muitas substâncias tóxicas juntas".

A pesquisadora mostrou estudos e análises nas quais os alimentos que foram produzidos e comercializados em 2014 e tinham grande quantidade de agrotóxicos. Dentre todos, o morango era campeão, com 14 substâncias tóxicas diferentes.

Em relação aos transgênicos, o médico Javier Balbea acredita que eles são um instrumento de controle. "Está comprovado que os transgênicos não diminuem a fome e aumentam o uso de agrotóxicos, e não o contrário. O alimento é uma construção social e cultural. Os transgênicos padronizam tudo isso e estabelecem uma forma de domínio dos nossos territórios".

Ele lembrou que os agrotóxicos não estão presentes apenas na comida. Pesquisas de cientistas argentinos apontaram que o algodão, produzido com uso do veneno glifosato, fica contaminado. "Os pesquisadores descobriram que, todas as amostras selecionadas de algodão usado em hospitais e em absorventes femininos continham glifosato".

Leonardo Melgarejo, da Campanha contra os Agrotóxicos e ex-membro da CTNBio, apontou que a comissão nunca cumpriu as exigências de estudos de risco para liberar os transgênicos no país.

Ele afirmou que a função dos transgênicos não é acabar com a fome ou ser mais produtivos, e sim "criar uma marca" para as empresas.

"Não temos nenhum transgênico modificado para aumentar a produtividade, e sim para absorver veneno e permitir a criação de patentes. É uma tecnologia que serve apenas para perpetuar a pobreza."

Comissão nacional monitorará planos de agricultura de baixa emissão de carbono – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 23/10/2015

Grupo foi instituído por meio de portaria assinada pela ministra Kátia Abreu

Uma comissão nacional permanente, de caráter técnico-consultivo, vai acompanhar, avaliar e revisar os planos federal e estaduais de apoio à agricultura de baixa emissão de carbono. O grupo foi instituído pela ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) nesta sexta-feira (23) e também será responsável por promover a articulação dos órgãos e entidades públicas e privadas na implementação de ações voltadas à redução dessas emissões.

A Comissão Executiva Nacional do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Cenabc) foi criada por meio da Portaria nº 230, de 21 de outubro deste ano, e publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira. Ela vai monitorar o Plano Nacional Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) e iniciativas semelhantes dos estados.

Projeto Rural Sustentável ajudará Brasil a cumprir objetivos da COP 21 – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 28/10/2015

Kátia Abreu celebra parceria para reduzir emissão de gases do efeito estufa no campo

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) afirmou nesta quarta-feira (28) que o projeto Rural Sustentável ajudará o Brasil a cumprir os compromissos assumidos durante a Conferência do Clima de Paris, a COP 21. Agricultura de baixo carbono, desmatamento ilegal zero e redução da pobreza no campo são os principais objetivos da iniciativa.

O projeto, lançado nesta tarde pela ministra, vai oferecer US\$ 26 milhões em crédito a 70 municípios, beneficiando 3500 pequenos e médios produtores de Mato Grosso, do Pará e de Rondônia, na Amazônia, e da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná e do Rio Grande do Sul, na Mata Atlântica, por meio de mecanismo inovador de financiamento por resultado.

“O Brasil apresentou metas viáveis na COP 21. Para cumpri-las, vamos à procura não apenas dos recursos disponibilizados no Tesouro, mas temos condições de firmar parcerias exitosas como o Rural Sustentável, que vem casar perfeitamente com nossas pretensões e ajudar o Brasil a cumprir suas metas”, destacou Kátia Abreu, durante solenidade no Ministério da Agricultura, em Brasília.

O Rural Sustentável conta com a participação do Departamento do Meio Ambiente, da Alimentação e dos Assuntos Rurais (Defra), do governo do Reino Unido, do Banco do Brasil e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As metas

Entre as metas para a COP 21 citadas pela ministra – já adiantadas pela presidenta Dilma Rousseff - está a redução em 36% da emissão de gases do efeito estufa até 2025 e de 43% até 2030.

“Com certeza, essas metas virão acompanhadas de mais crédito para o nosso Plano ABC”, disse a ministra, lembrando que, no passado, os produtores rurais tinham “preconceito” contra políticas voltadas para a redução de emissão de gases do efeito estufa e outras medidas relacionadas ao clima.

“Porém, com o passar do tempo, enxergamos que todos os compromissos traziam retorno muito positivo, porque junto vinham financiamentos para os produtores recuperarem suas terras”, observou Kátia Abreu.

Com a recuperação das pastagens degradadas – atividade contemplada pelo Plano ABC –, as fazendas se tornam mais produtivas, os produtores melhoram sua renda e ajudam na redução das emissões de gases. “É o tipo de negócio que é bom para todo mundo”, completou a ministra.

O projeto

Durante a solenidade, nesta quarta-feira, assinaram o protocolo de entendimento para implementação do Rural Sustentável a ministra Kátia Abreu; o ministro-conselheiro do Reino Unido, Wasim Mir; a representante do BID no Brasil, Daniela Carrera-Marquis, e o diretor de Agronegócio do Banco do Brasil, Clênio Severio Teribele.

O Banco do Brasil repassará os benefícios a produtores rurais e agentes de assistência técnica, que deverão reduzir emissões de carbono, ampliar a sustentabilidade e adotar práticas de gestão em suas propriedades.

A expectativa, de acordo com a ministra, é melhorar o acesso a linhas de crédito rural oficial, como o Plano ABC, que ofereceu R\$ 10 bilhões em crédito desde 2011 para recuperação de terras degradadas e boas práticas.

O diretor do Banco do Brasil lembrou que o Plano ABC está “completamente alinhado” às estratégias do programa. Acrescentou que a instituição tem a maior carteira do país voltada para o plano, tendo somado R\$ 7,9 bilhões de crédito concedido até o fim de junho deste ano.

A representante do BID no Brasil ressaltou que o Rural Sustentável gera grande expectativa de que a iniciativa se estenda a outros países da região. “Marcará uma melhor prática não apenas no Brasil, mas no restante da região. É o maior projeto voltado para esse tema que realizamos”, afirmou Daniela Carrera-Marquis.

A ministra destacou a importância da gestão e do monitoramento do programa, a fim de assegurar a correta execução, monitoramento e avaliação das atividades de cooperação.

“É um programa de quatro anos que tem metas, monitoramento rigoroso, site e plataforma online que controlará todos os resultados. Ao final do período, teremos condições de mostrar ao mundo do que nossos produtores são capazes”, ressaltou a ministra.

Agroecologia é tema de debate na Bahia. Ranyelle Andrade – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/10/2015

Até 1º de novembro, assentados e assentadas, agricultores e agricultoras familiares, quilombolas, indígenas, educadores e educadoras, e jovens de todo país vão se reunir para dialogar, articular políticas e trocar experiências sobre práticas agroecológicas, na IV Jornada de Agroecologia da Bahia. O encontro, apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ocorre no Assentamento Terra Vista, no município de Arataca, litoral sul baiano.

Com o tema ‘Terra, Território e Poder’, a jornada tem o objetivo de fortalecer a criação de propostas, ações continuadas de formação política e ampliação do conhecimento sobre agroecologia, sementes crioulas, territorialidade, memória, identidade e organização popular.

"Participar da jornada é a possibilidade de, juntamente com as agricultoras e agricultores, vivenciar a construção do conhecimento agroecológico. O assentamento Terra Vista é uma das fontes de construção de ideias e práticas agroecológicas. Nessa IV Jornada, o vídeo ‘sementes’, do professor Beto Novaes, sobre experiências de mulheres na construção da agroecologia, será lançado, e contaremos com a participação de Del uma das protagonistas do vídeo", salienta Michela Calaça, coordenadora-geral de Organização Produtiva e Comercialização (DPMR/MDA) que vai participar do encontro.

Serão quatro dias de debates, feiras culturais com trocas de sementes, além de oficinas e minicursos, envolvendo práticas agroecológicas. A iniciativa também promove dicas de saúde e alimentações para valorizar o saber tradicional.

Assentamento Terra Vista

O local escolhido para realizar o evento é uma área agroecológica, destaque por ser o primeiro assentamento a fabricar chocolate orgânico artesanal. No Terra Vista, se produz também mudas arbóreas e frutíferas típicas da Mata Atlântica para reflorestamento.

O assentamento, ainda, possui dois centros educacionais. Um deles, o Florestan Fernandes, foi construído pelo Incra e oferece cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Ainda há o Colégio Estadual Milton Santos, que oferece seis cursos técnicos profissionalizantes e atrai estudantes de vários municípios. Ao todo, são 1,1 mil alunos no assentamento.

Sobre a Teia Agroecológica dos Povos

O evento é realizado pela Teia Agroecológica dos Povos - criada a partir da I Jornada de Agroecologia da Bahia, realizada em 2012. Além do encontro, a rede realiza mutirões e atividades de formação, durante todo o ano, para fomentar o desenvolvimento, empoderamento e emancipação das comunidades do campo.

Energia solar surge como alternativa para sustentabilidade e lucratividade para os agricultores – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 29/10/2015

Brasília (29/10/2015) – A Crescente participação da energia elétrica, nos custos de produção, afeta diretamente a produtividade e viabilidade dos agricultores irrigados. Como forma de tornar a agropecuária ainda mais sustentável, a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão (FAEMA) junto com a empresa ENOVA, especializada em tecnologia, apresentaram, na tarde desta quarta-feira (28/10), aos membros da Subcomissão Nacional de Recursos Hídricos da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) um esboço de projeto para a instalação de energia solar para as atividades rurais.

O engenheiro eletricitista e sócio proprietário da ENOVA, Cláudio Martins, apresentou a instalação da energia solar para projetos de irrigação, em áreas isoladas. Segundo ele, a ideia é ajudar o produtor a diminuir seus custos e primar pela preservação do meio ambiente. “A energia solar é uma forma gratuita, não poluente e limpa. Apesar do alto custo dos equipamentos de captação e transformação, o uso desta energia é uma das atitudes sustentáveis mais promissoras na luta contra a degradação do meio ambiente, pois ela é renovável, isto é, nunca se acaba”.

Para o assessor da FAEMA, Emerson Macedo, no Maranhão já existem algumas pequenas propriedades utilizando esse sistema, que tem sido benéfico para os produtores. “Além do fator da sustentabilidade, estamos promovendo o uso de tecnologias para a agropecuária. É uma inovação para o setor”, observou. Macedo acrescenta que por ser uma energia gratuita, os produtores só terão o custo de implantação. “O produtor vai gerar energia, ajudar a rede pública de fornecimento e ganhar com o sistema. No estado os produtores estão abertos a esse tipo de mudança”, ressaltou.

A Subcomissão Nacional de Recursos Hídricos da CNA recebeu a proposta de realização de três projetos técnicos de alocação de placas solares e especificou três locais potenciais (Petrolina/PE, Cristalina/GO e Santa Maria/RS), que têm condições climáticas diversas, para a realização de um projeto mais específico de viabilidade econômica. Agora, a empresa ENOVA vai levantar os custos de implantação e a viabilidade econômica nas três localidades. Caso o resultado seja positivo, a CNA deve propor a forma de utilização junto a todas as federações do Brasil.

Preservar a agrobiodiversidade é um compromisso com o futuro. Gabriella Bontempo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 30/10/2015

Segundo o dicionário, a palavra guardião remete ao que protege, conserva e defende, mas para o assentado Cristovindo Ferreira Neto, 58 anos, a missão é ainda mais nobre: garante a perpetuação da diversidade agroflorestal. “Essa sementinha que está colocada aqui tem um significado muito grande, é uma vida para nós”, destacou.

A história dele e de outros produtores do norte de Minas Gerais foram contadas ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, durante o Fórum dos Guardiões

e Guardiães da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro. O encontro, realizado nesta sexta-feira (30), deixou o casarão antigo, no centro de Montes Claros, ainda mais bonito com as sementes crioulas - e repleto de esperança às gerações.

“Ontem caiu a primeira chuva em minha região. Então, eu comecei a plantar as sementes que tinha guardado na última colheita. A gente vem plantando assim a centenas de anos, do jeito que vinha sendo ensinado de pais a filhos”, contou Cristovindo. Esse jeito separa, ainda na colheita, as sementes dos melhores frutos da terra e que, mais tarde, servem de insumos para a próxima safra.

“Guardar a semente é um desafio, mas a gente está fazendo o maior esforço para não perder nenhuma variedade de plantas”, afirmou o produtor que é um dos guardiões da agrobiodiversidade em Grão Mogol, município mineiro a 130 quilômetros de Montes Claros.

Esse cuidado em preservar o meio ambiente faz parte do campo de atuação do MDA, como ressaltou o ministro aos participantes. “Trabalhamos em três vertentes: o cooperativismo, a agroindustrialização e a agroecologia. Nós temos que propor o debate em torno do meio ambiente, da água e do uso do agrotóxico com toda a sociedade. Vamos ter que percorrer esse caminho juntos”.

Para Patrus, a encíclica papal encabeça um discurso importante em torno da conservação do meio ambiente. “O que está proposto é um grande debate sobre o uso do agrotóxico e das sementes transgênicas. Acho que esse é um caminho a seguir”, pontuou.

Mais Preservação

Além de conhecer os guardiões, o ministro recebeu da Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro o Plano de Uso e Gestão Compartilhada da Agrobiodiversidade pelos Povos e Comunidades Tradicionais do Semiárido de Minas Gerais.

O documento, elaborado entre 2012 e 2013, é uma estratégia para adaptação às mudanças climáticas e soberania alimentar dessa população a partir do uso da agrobiodiversidade. “É preciso agora redesenhar as estratégias agroalimentares com esses povos para produzir vida no campo e soberania nutricional”, explicou a colaboradora da Rede, Fernanda Monteiro.

De acordo com ela, devido à memória cultural, os povos e comunidades tradicionais são os detentores e protetores de um patrimônio genético ambiental. “Essas sementes são adaptadas às condições locais, têm um potencial de responder à resiliência dos sistemas agrícolas frente às alterações climáticas. A semente tem memória. Essa memória é o que produz vida naquele ambiente”, completou Fernanda.

O plano foi construído com o apoio, pioneiro, do Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (Tirfaa), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). O projeto foi selecionado em edital internacional onde concorreram 300 propostas do mundo inteiro.

Saiba mais

O semiárido mineiro representa 10,54% da área do Semiárido brasileiro. Localizada no norte de Minas Gerais e no Vale de Jequitinhonha, a região possui um dos maiores adensamentos de agricultores familiares, com 37,9% da sua população vivendo na zona rural.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrgio, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria



cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa